



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO  
*Comissão Regional de Pesquisas Judiciárias e ciência de Dados*

**Ata nº 002/2023**

Ata de Reunião Ordinária da Comissão Regional de Pesquisas Judiciárias e Ciência de Dados do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, realizada no dia 28 de novembro de 2023.

No vigésimo e oitavo dia do mês de novembro de 2023, às 13h, reuniram-se os(as) integrantes da Comissão Regional de Pesquisas Judiciárias e Ciência de Dados, na forma do Ato TRT11 nº 67/2023 e sob a coordenação do Juiz Supervisor Carlos Eduardo Mancuso, encontrando-se presentes os(as) servidores(as): **Dayana Arnaud de Oliveira**, Diretora da Secretaria-Geral Judiciária, em substituição, **Jônatas Andrade dos Santos**, Diretor da Divisão de Estatística e Pesquisa, **André de Lima Ramires Almeida**, Diretor da Coordenadoria de Sistemas Processuais, em substituição, **Winder Jane Moreira Silva**, Diretora da Divisão de Projetos e de Iniciativas Nacionais, **Carlos Alberto Tavares dos Santos**, Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações, em substituição.

**DELIBERAÇÕES INICIAIS.** O Juiz Supervisor Carlos Eduardo Mancuso iniciou a reunião informando que esteve presente no Congresso de Pesquisa Judiciária, destacando que o TST tem dado extrema importância à pesquisa judiciária, pois existem muitos dados que deveriam ficar à disposição da população, sendo uma tarefa da Comissão Nacional encontrar uma forma de disponibilizá-los, alinhando com a LGPD.

Informou o interesse em colocar um(a) servidor(a) fixo no grupo de pesquisa judiciária para atuar e organizar os trabalhos, considerando a extensão e complexidade do trabalho que será desenvolvido.

Esclareceu que essa reunião seria para alinhar os primeiros passos a fim de iniciarmos um projeto de pesquisa judiciária, tratando, também dos seguintes pontos:

**1) Projeto de Pesquisa a ser desenvolvido nos Pontos de Inclusão Digital –PID.**

O Juiz Supervisor Carlos Eduardo Mancuso esclareceu que o desenvolvimento de um projeto de pesquisa envolvendo os Pontos de Inclusão Digital – PID seria de extrema relevância, pois seria possível trabalhar a questão do acesso à justiça e do custo-benefício



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO  
*Comissão Regional de Pesquisas Judiciárias e ciência de Dados*

da implantação dos PID's. Perguntou ao Diretor da Divisão de Estatística e Pesquisa, Jônatas Andrade dos Santos, se nesse caso a pesquisa ocorreria por meio de preenchimento de formulários.

O Diretor da Divisão de Estatística e Pesquisa, Jônatas Andrade dos Santos, informou que, para atender todas as linhas de pesquisa e de diretrizes do TST, a pesquisa precisaria ser mais complexa e precisaria de orçamento para a sua efetivação.

A servidora Dayana Arnaud de Oliveira indagou se, nesse primeiro momento, ao invés de começar a pesquisa pelo PID, poderia ser utilizado o formulário que está sendo aplicado no ônibus itinerante do TJAM, eis que se trata de um projeto que já vem sendo desenvolvido pelo TRT11 e que está colocando a Justiça do Trabalho mais próxima do cidadão e das comunidades mais afastadas dos grandes centros de Manaus.

O Diretor da Divisão de Estatística e Pesquisa, Jônatas Andrade dos Santos, esclareceu que o questionário objetiva: saber quanto tempo as pessoas estão economizando com o ônibus itinerante; coletar a satisfação do usuário; e analisar quantas pessoas foram atendidas e quantas artemações foram realizadas, destacando que, inicialmente, foram formuladas apenas 10 (dez) perguntas no questionário.

O Juiz Substituto Supervisor Carlos Eduardo informou que esse poderia ser o primeiro projeto de pesquisa a ser implementado pelo Comitê, por ser, ao mesmo tempo, de grande relevância e de menor complexidade e que não implica a aplicação de orçamento para o seu desenvolvimento. Destacou que esse seria um projeto que poderia impulsionar a pesquisa judiciária nos aspectos do acesso à justiça, da redução de tempo do processo e do impacto social.

Solicitou, então, ao Diretor Jônatas Andrade a disponibilização do formulário aos demais membros da Comissão para avaliação e sugestão de novas perguntas dentro do prazo de 5 (cinco) dias.

**O Juiz Substituto Supervisor Carlos Eduardo indagou se o formulário já estava sendo respondido, ao que a servidora Dayana Arnaud respondeu que as informações estão sendo coletadas pela Divisão de Distribuição de Feitos de Manaus durante as itinerâncias do ônibus do TJAM e que solicitaria à referida Divisão informações a respeito do andamento da pesquisa.**

Por fim, o magistrado reforçou que é possível haver dois projetos em paralelo, trazendo como possibilidade de pesquisa nos PIDs a criação também de um formulário por e-mail,



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO  
*Comissão Regional de Pesquisas Judiciárias e ciência de Dados*

para impressão e aplicação, sem a necessidade de deslocamento.

## **2) Celebração de Convênios e publicação de Editais**

O segundo ponto abordado pelo Juiz Substituto Supervisor Carlos Eduardo foi a necessidade de celebração de convênios e publicação de editais para demonstrar que o TRT11 está aberto às pesquisas, buscando interessados.

**Aduziu que será necessário entrar em contato com outros Tribunais para saber como estão sendo realizados esses convênios e editais, bem como para verificar como estão sendo desenvolvidas essas pesquisas em cada âmbito.**

## **3) Alinhamento das pesquisas do Comitê com a LGPD**

O terceiro ponto abordado pelo Juiz Supervisor Carlos Eduardo refere-se ao alinhamento das pesquisas desenvolvidas pelo Comitê com a LGPD, na medida em que, segundo o magistrado, não se pode oferecer dados sem o correspondente alinhamento com os termos da LGPD, fato este que, inclusive, precede à publicação dos editais. Indagou ao Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações – SETIC, em substituição, Carlos Tavares, se no Tribunal já adota algo relacionado à inteligência artificial que permita a anonimização ou leitura de arquivo em PDF, por exemplo.

O Diretor Carlos Tavares informou que existe no Tribunal o Comitê de LGPD, presidido pela Juíza Auxiliar da Presidência, e que as diretrizes estão alinhadas com o CSJT. Sugeriu, então, que o Grupo de Pesquisa Judiciária provoque o Comitê de LGPD para verificar quais ferramentas já foram implantadas.

**Ao final, os membros da Comissão Regional presentes à reunião deliberaram e decidiram, por unanimidade, que a Secretaria-Geral Judiciária oficiaria, em nome da Comissão, à Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações – SETIC solicitando a disponibilização de inteligência artificial que permita a anonimização de dados.**

## **4) Outros temas objeto de pesquisa judiciária**

O quarto ponto abordado foi o levantamento de outros temas que poderiam ser objeto de pesquisa judiciária.

O Diretor Jônatas Andrade sugeriu que fossem desenvolvidas pesquisas na área da saúde



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO  
*Comissão Regional de Pesquisas Judiciárias e ciência de Dados*

de magistrados(as) e servidores(as). O Juiz Supervisor Carlos Eduardo trouxe a informação de um projeto, desenvolvido por outro Regional, no qual analisaram se o teletrabalho impactou no número de licenças dos(as) servidores(as) no período da pandemia, ressaltando que tal pesquisa poderia ser desenvolvida pela Comissão de Pesquisa Judiciária deste Tribunal.

O Diretor Jônatas Andrade sugeriu, então, que fosse convidado(a) um(a) servidor(a) da Coordenadoria de Saúde para auxiliar nos trabalhos desta Comissão, sugerindo o nome da servidora Carolina, psicóloga deste Regional, para atuar como membro da Comissão Regional.

**Os(as) membros(as) presentes à reunião deliberaram e aprovaram, por unanimidade, o nome da servidora e psicóloga Carolina Jean Pinheiro para atuar como colaboradora dos trabalhos da Comissão Regional de Pesquisa Judiciária.**

#### **DELIBERAÇÕES FINAIS**

Os membros da Comissão Regional presentes à reunião deliberaram e decidiram, por unanimidade, as seguintes ações:

- I. Aprimorar, no prazo de 5 dias, o formulário do ônibus para que seja dado início ao projeto de pesquisa judiciária no âmbito deste Regional;
- II. Diligenciar junto a outros Regionais os trabalhos que vêm sendo realizados em termos de convênios e editais para o desenvolvimento das pesquisas judiciárias;
- III. Oficiar à Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações – SETIC, solicitando a disponibilização de inteligência artificial que permita a anonimização de dados;
- IV. Desenvolver um projeto de pesquisa na área de saúde e segurança de servidores(as) e magistrados(as) e convidar a servidora e psicóloga Carolina Jean Pinheiro para atuar como colaboradora dos trabalhos desta Comissão Regional de Pesquisa Judiciária, na forma do art. 2º do Ato TRT11 nº 67/2023.

Não mais havendo mais nada a tratar, declarou-se encerrada a reunião às 14h20.

*Assinado eletronicamente*  
**Carlos Eduardo Mancuso**  
Juiz Substituto e Coordenador do Grupo de pesquisa Judiciária



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO  
*Comissão Regional de Pesquisas Judiciárias e ciência de Dados*

*Assinado eletronicamente*  
**Dayana Arnaud de Oliveira**  
Diretora da Secretaria-Geral Judiciária, em substituição

*Assinado eletronicamente*  
**Jonatas Andrade dos Santos**  
Diretor da Assessoria de Estatística e Pesquisa

*Assinado eletronicamente*  
**Winder Jane Moreira Silva**  
Chefe da Seção de Gerenciamento de Projetos

*Assinado eletronicamente*  
**André de Lima Ramires Almeida**  
Diretor da Coordenadoria de Sistemas Processuais, em substituição

*Assinado eletronicamente*  
**Carlos Alberto Tavares dos Santos**  
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações, em substituição